

JORNAL DO BRASIL

## A solução é criar problemas

Ricardo Noblat

O que é legal nem sempre é correto. Pode estar autorizado por lei mas contrariar, contudo, o bom senso. Foi legal o presidente José Sarney aproveitar os últimos dias de vigência da antiga ordem constitucional para fazer certas coisas que a nova ordem proíbe ou que condiciona à prévia aprovação do Congresso. Mas foi correto? Foi ético? Satisfaz o senso comum da sociedade? Seguramente, não.



Agrediu a sensibilidade das pessoas, reforçou a desconfiança pública em um governo de espertalhões, diminuiu a rarefeita credibilidade dos políticos em geral. O que distingue o homem dos outros animais é que ele é o único capaz de aprender com seus próprios erros. A constatação, todavia, não parece valer para a administração liderada por um presidente cada vez mais carente de apoio. E de juízo.

No mínimo, é discutível se é legal ou não o uso compulsório e diário de uma cadeia nacional de rádio e televisão para o presidente se promover — e promover os feitos de sua desastrosa administração. Indiscutivelmente, não é correto. Além de não ser correto, é desaconselhável do ponto de vista político. A imprensa aí está para registrar as iniciativas do governo — e costuma fazê-lo de maneira, muitas vezes, generosa.

O governo dispõe de instrumentos de sobra para ajudar na divulgação de matérias de seu interesse — a Empresa Brasileira de Notícias, a Radiobrás, as televisões educativas, fora o gigantesco aparelho das assessorias de imprensa dos ministérios e demais órgãos públicos. Sempre que acha necessário, o presidente tem ocupado cadeias de rádio e de televisão para maçantes e, no mais das vezes, inoportunos pronunciamentos.

Um programa diário, que, ao cabo, será pago pelos contribuintes já tão penalizados por impostos, não diminuirá o tamanho do poço da impopularidade em que o governo e o presidente estão metidos. Ampliará o nível de irritação dos brasileiros e das brasileiras, às voltas com uma inflação de 26% ao mês, com uma administração emperrada em sua própria incompetência e com uma campanha eleitoral onde os candidatos lhes prometem o paraíso.

Há que se imaginar que o governo, depois de ter perdido quase tudo — a credibilidade, a Constituinte, o amparo da maioria das forças políticas que o elegeram — teria

perdido, também, o mínimo do bom senso. Conseguiu se atritar com a entidade que reúne as emissoras de rádio e televisão do país. A poderosa Rede Globo se preparava, ontem, para desligar-se, unilateralmente, da cadeia nacional compulsória.

Por sua vez, acuado, o próprio governo ensaiava desistir do que mal acabara de inventar — e que inventara mal. Um vexame. Mais um. Têm sido muitos. Recentemente, Sarney se expôs — ou foi exposto, nunca se sabe — ao vexame de levar um cartão público do deputado Ulysses Guimarães, por ter atacado dura, e injustificadamente, a Constituição que se iria aprovar. Será que pensou que seu discurso alteraria os rumos da Constituinte?

Recentemente, também, sofreu o vexame de ter que indicar um segundo nome para o governo de Brasília, porque o primeiro, o do maranhense Alexandre Costa, atrapalhou-se com dispositivos da nova Constituição. A assessoria jurídica do governo esqueceu de consultar a Constituição que estava sendo elaborada. Não foi menor o vexame que passou o presidente, quando foi obrigado a escolher um novo ministro da Indústria e do Comércio.

Meia dúzia de convidados recusou o cargo. O próprio Sarney telefonou para o coronel Ozires Silva, demitido da presidência da Petrobrás, e o convidou para a vaga do ministro José Hugo Castelo Branco. Constrangido de ter que dizer não ao presidente, mesmo assim o coronel disse não. O deputado Roberto Cardoso Alves deve sua nomeação para ministro ao seu amigo e colega José Lourenço, que agiu para criar o fato consumado. E criou.

Não bastassem os problemas que a realidade do país lhe oferece para resolver, o governo e o presidente se aplicam em demonstrar uma extraordinária capacidade para criar novos problemas — para eles mesmos e para todos nós. Os ministros da área econômica repetem, há meses, que a receita para fazer a inflação baixar passa pela redução do déficit público. Economistas de quase todos os matizes concordam com a receita aviada.

Vem o presidente e concede um aumento de salário para compensar a perda dos militares que serão obrigados, a partir de agora, a pagar o Imposto de Renda sobre a totalidade dos seus vencimentos. Sem consultar os ministros Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu, Sarney cedeu, também, à pressão do ministro Aureliano Chaves para reajustar os salários dos funcionários do Ministério das Minas e Energia.

Aureliano colidiu de frente, mais uma vez, com Maílson e João Batista. O culpado da colisão foi o presidente. A falta de soluções para resolver tantos problemas que tem, Sarney arranhou mais um problema. Trata-se de um método original de administração.